

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 712.377 - PR (2015/0120873-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **GILSON KIDELMIR RIVAS**
EMBARGANTE : **ELI SANDRA GULKA RIVAS**
ADVOGADO : **JANE LUCI GULKA - PR015364**
EMBARGADO : **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA**
ADVOGADO : **CIRINEI ASSIS KARNOS E OUTRO(S) - PR014986**

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por GILSON KIDELMIR RIVAS e outra em face de decisão da minha lavra (fls. 1278-1280) que negou provimento a agravo em recurso especial, sob os fundamentos de consonância do aresto recorrido com o entendimento desta Corte e de inviabilidade de análise de contrato e de reexame de fatos e provas.

A parte embargante alega que houve omissão de análise do segundo recurso especial interposto pela parte embargante, para ratificar o primeiro recurso especial e aditá-lo, em face do acórdão do tribunal de origem que realizou juízo de retratação nos termos do art. 543-C, § 7º, do CPC/1973.

2. Com razão a parte ora embargante. De fato não houve apreciação do recurso especial de fls. 1089-1147, o que passa a ser feito a seguir.

O recurso especial de fls 1089-1147 foi interposto por GILSON KIDELMIR RIVAS e outro em razão do juízo de retratação pelo Tribunal de Justiça do Paraná, nos termos do art. 543-C, § 7º, do CPC/1973, assim sintetizado:

PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO (CPC, ART. 543-C, § 7º). MÚTUO IMOBILIÁRIO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - TABELA PRICE - ORDEM DE IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO (CC, ART. 354) - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ACOLHIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO - ADEQUAÇÃO DO JULGADO À ORIENTAÇÃO DO STJ.

1. Presente a estreita cognição devolvida a esta Turma por torça do juízo de retratação, passo à renovação do julgamento.

Quanto à utilização da Tabela Price como forma de amortização dos financiamentos no âmbito do SM, prima fade, esse fato não traz qualquer prejuízo ao mutuário, porque na sua concepção matemática não induz à capitalização de juros. De toda a sorte, o Superior Tribunal de Justiça lixou em sede de recursos repetitivos que "nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7".

Ainda, presente a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a

aplicabilidade do artigo 354, do Código Civil aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação quando ausente disposição contratual em contrário, tenho seja ajustado o entendimento em sintonia com o firmado pelo STJ.

Com efeito, consoante a novel sistemática prevista no art. 543-C do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 1.672/2008, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp nº 1194402, consolidou seu entendimento no sentido de que: "(...)Salvo disposição contratual em sentido diferente, aplica-se aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação a regra de imputação prevista no art. 354 do Código Civil de 2002. que reproduz o art. 993 do Código Civil de 1916 e foi adotada pela RD BNH 81/1969.(...)".

Assim, tendo em vista a faculdade concedida pelo artigo 543-C, § 7º. do CPC. ajusto o entendimento para alinhar as razões no precedente do STJ acima citado, de modo a lidar a incidência do artigo 354, do Código Civil aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Logo, impõe-se o acolhimento da apelação da CEF no que se refere ao tópico da amortização, determinando que se processe a revisão contratual, garantindo-se à parte autora o direito de amortizar a dívida quando do pagamento das parcelas, procedendo-se à revisão de toda a evolução contratual, mantendo o método da Price de amortização e a ordem de imputação do pagamento a que se refere o art. 354 do atual Código Civil.

Se o valor da parcela não for suficiente para o pagamento da prestação (amortização e juros) o quantum dos juros capitalizados, decorrente de amortizações negativas, deverá ser acumulado em conta separada, sem incidência de juros, sujeito somente à correção monetária, segundo os índices contratuais.

Em tal conformação, o julgado resulta modificado quanto à utilização da Tabela Price como forma de amortização do financiamento; à cobrança do CI-S: e à incidência do artigo 354 do Código Civil. No que remanesce à análise, o julgado resulta mantido pelos seus próprios fundamentos.

2. Apelação da EMGEA provida em parte.
3. Manutenção dos demais termos do julgado havido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 354 do Código Civil; 335 e 543-C, § 7º, I, do Código de Processo Civil de 1973 e ao 4º do Decreto nº 22.626/1993.

Defende também ter ocorrido a incorreta aplicação do entendimento manifestado por essa Colenda Corte ao julgar o Recurso Especial nº 1.194.402/RS.

Sustenta que a regra de imputação do pagamento primeiro aos juros vencidos não se aplica ao caso, visto que se encaixa na exceção de estipulação em contrário e por haver quitação por conta do capital. Argumenta que tanto o contrato firmado entre as partes, como a própria parte ora recorrida, reconhecem que a imputação de pagamento primeiro alcançaria o capital e depois os juros.

Alega inexistir similitude fática do aresto recorrido com o Recurso Especial nº

1.194.402/RS, escolhido como representativo de controvérsia, pois o contrato de financiamento lá analisado não contém Cláusula Quinta que afasta a regra de imputação de pagamento de juros primeiramente.

Argui que restou devidamente comprovado por meio de laudos periciais que a Tabela Price causa enorme prejuízo aos Recorrentes. Argumenta que o julgador está adstrito aos laudos periciais, se não se vale de outros elementos de provas existentes nos autos.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 1149-1157).

É o relatório.

DECIDO.

2. A matéria referente ao art. 335 do Código Civil - relativa à prova pericial - não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

3. Sobre a regra da imputação de pagamento, assim se manifestou o tribunal de origem:

Quanto à utilização da Tabela Price como forma de amortização dos financiamentos no âmbito do SFH, prima facie, esse fato não traz qualquer prejuízo ao mutuário, porque na sua concepção matemática não induz à capitalização de juros. De toda a sorte, o Superior Tribunal de Justiça lixou em sede de recursos repetitivos que "nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, por força das Súmulas 5 e 7".

Ainda, presente a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a aplicabilidade do artigo 354, do Código Civil aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação quando ausente disposição contratual em contrário, tenho seja ajustado o entendimento em sintonia com o firmado pelo STJ.

Com efeito, consoante a novel sistemática prevista no art. 543-C do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.672/2008, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp nº 1194402, consolidou seu entendimento no sentido de que: **"(...)Salvo disposição contratual em sentido diferente, aplica-se aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação a regra de imputação prevista no art. 354 do Código Civil de '2002, que reproduz o art. 993 do Código Civil de 1916 e foi adotada pela RD BNH 81/1969.(...)"**.

Assim, tendo em vista a faculdade concedida pelo artigo 543-C, § 7º, do CPC, ajusto o entendimento para alinhar as razões no precedente do STJ acima citado, de modo a fixar a incidência do artigo 354, do Código Civil aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

Logo, garante-se ao mutuário o direito de amortizar a dívida quando do pagamento das parcelas, procedendo-se à revisão de toda a evolução contratual, mantendo o método da Price de amortização e a ordem de imputação do pagamento a que se refere o art. 354 do atual Código Civil.

Se o valor da parcela não for suficiente para o pagamento da prestação (amortização e juros) o quantum dos juros capitalizados, decorrente de amortizações negativas, deverá ser acumulado em conta separada, sem incidência de juros, sujeito somente à correção monetária, segundo os índices contratuais. (fl. 1.109-1.020 e-STJ) [g.n.]

Aplicou o entendimento firmado em julgamento de recurso repetitivo, no sentido de que a imputação de pagamento primeiro dos juros deve prevalecer, salvo se existente estipulação contratual em sentido diverso. Concluiu que, no caso, o mutuário poderia amortizar a dívida observando tal ordem de imputação de pagamento.

Alterar tal conclusão para passar a afirmar que deveria ser respeitada disposição contratual em sentido diverso, bem como ser observado o reconhecimento da parte recorrida de que a ordem de imputação de pagamento atingiria primeiro o capital, demanda análise de instrumento contratual e incursão na seara fático-probatória, atividades não realizáveis nesta via especial. Incidência das súmulas 5 e 7/STJ.

4. Nesse toar, nem mesmo é possível verificar se o caso presente é diverso do objeto de julgamento no Recurso Especial nº 1.194.402/RS, visto que o acórdão recorrido não sinaliza se havia disposição contratual em sentido diferente da regra do art. 354 do Código Civil.

5. Por fim, o entendimento manifestado está exatamente de acordo com o consagrado no precedente repetitivo desta Corte, o Recurso Especial nº 1.194.402/RS - conforme se verifica da sua ementa, abaixo colacionada:

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH. FORMA DE IMPUTAÇÃO DOS PAGAMENTOS MENSIS. APLICAÇÃO, NA AUSÊNCIA DE ESTIPULAÇÃO CONTRATUAL EM OUTRO SENTIDO, DO CRITÉRIO PREVISTO NO CÓDIGO CIVIL.

1. Salvo disposição contratual em sentido diferente, aplica-se aos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação a regra de imputação prevista no art. 354 do Código Civil de 2002, que reproduz o art. 993 do Código Civil de 1916 e foi adotada pela RD BNH 81/1969.

2. Recurso conhecido em parte e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

(REsp 1194402/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/09/2011, DJe 14/10/2011)

6. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para complementar o julgamento do agravo em recurso especial e negar-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator